



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

17/08/2016 ATÉ 17/08/2016



INDÍCE

1	AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	
	1.1 BLOG DO JURACI FILHO.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 BLOG DO MINARD.....	2
	2.2 BLOG DO NETO FERREIRA	3
3	CORREGEDOR (A)	
	3.1 SITE O MARANHENSE.....	4
4	CORREIÇÕES	
	4.1 SITE O MARANHENSE.....	5
5	DECISÕES	
	5.1 BLOG DANIEL MATOS.....	6
	5.2 BLOG DO DE SÁ.....	7
	5.3 BLOG DO JURACI FILHO.....	8
	5.4 BLOG DO NETO FERREIRA	9
	5.5 BLOG IDALGO LACERDA.....	10
	5.6 BLOG JORGE ARAGÃO.....	11
	5.7 BLOG MARCELO VIEIRA.....	12
	5.8 BLOG PAULO ROBERTO.....	13
	5.9 BLOG SÉRGIO MATIAS.....	14
	5.10 IMIRANTE.COM.....	15
	5.11 SITE AGORA SANTA INÉS.....	16
	5.12 SITE SUA CIDADE.....	17
6	DESEMBARGADOR	
	6.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	18
	6.2 BLOG JEISAEL.COM.....	19
	6.3 BLOG SILVIA TEREZA.....	20
7	EVENTOS	
	7.1 BLOG AQUILES EMIR.....	21
	7.2 PORTAL DO MUNIM.....	22
	7.3 SEM ASSUNTO.....	23
	7.4 SITE DIÁRIO DE BALSAS.....	24
	7.5 SITE MARANHÃO HOJE.....	25
	7.6 SITE TV GUARÁ.COM.....	26
8	POSSE	
	8.1 PORTAL DO MUNIM.....	27
9	SINDJUS	
	9.1 BLOG GILBERTO LIMA.....	28
	9.2 PORTAL DO MUNIM.....	29
10	VARA CRIMINAL	
	10.1 IMIRANTE.COM.....	30
	10.2 SITE AGORA SANTA INÉS.....	31
11	VARA DA MULHER	
	11.1 SITE O MARANHENSE.....	32
12	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	12.1 BLOG AQUILES EMIR.....	33
	12.2 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	34
	12.3 SEM ASSUNTO.....	35
	12.4 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	36

A ministra Carmem Lúcia, vice-presidente do Supremo, no lançamento da Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa, segunda-feira (15), no Tribunal de Justiça

Independência - O juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos, pretende dar, até sexta-feira (19) parecer ao pedido de liminar impetrado pela Associação dos Criadores do Maranhão (Ascem) para impedir a devolução do Parque Independência ao Governo do Estado. O magistrado diz que a decisão é complexa, pois pela primeira vez se vê diante de uma situação inversa, pois geralmente são julgadas devoluções de um patrimônio ao poder público, e desta vez há uma tentativa de impedir o Estado de reaver o que é seu.

Justiça mantém afastamento do prefeito de Pio XII

17/08/2016 08:40:22

Prefeito de Pio XII, Paulo Veloso, continua afastado por decisão de desembargador

O desembargador Raimundo Melo indeferiu, em regime de plantão, o pedido do prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, para voltar ao cargo. Veloso foi afastado por decisão do juiz Rafael Leite Guedes, então titular da Comarca de Pio XII, que afastou o gestor municipal, três secretários municipais e o procurador do Município, por prazo indeterminado, em decorrência da acusação de improbidade administrativa caracterizada pela existência de servidores "fantasmas" e um possível prejuízo de mais de R\$ 2,5 milhões.

O pleito para seu retorno ao cargo foi feito através de Agravo de Instrumento, que foi negado pelo desembargador plantonista. "Sabe-se, que o efeito suspensivo em sede de agravo de instrumento constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que, demonstradas de forma manifesta a necessidade e a urgência da medida, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, circunstâncias inexistentes na hipótese em discussão, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo encontra-se devidamente fundamentada e justificada".

Fonte: Tribunal de Justiça do Maranhão

O post [Justiça mantém afastamento do prefeito de Pio XII](#) apareceu primeiro em [Daniel Matos](#).

JUSTIÇA MANTÉM PREFEITO DE PIO XII BEM LONGE DA PREFEITURA

O desembargador Raimundo Melo indeferiu, em regime de plantão, o pedido do prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, para voltar ao cargo.

Veloso foi afastado por decisão do juiz Rafael Leite Guedes, então titular da Comarca de Pio XII, que afastou o gestor municipal, três secretários municipais e o procurador do Município por prazo indeterminado, em decorrência da acusação de improbidade administrativa caracterizada pela existência de servidores “fantasmas” e um possível prejuízo de mais de R\$ 2.5 milhões.

O pleito para seu retorno ao cargo foi feito através de Agravo de Instrumento, que foi negado pelo desembargador plantonista. “Sabe-se, que o efeito suspensivo em sede de agravo de instrumento constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e a urgência da medida, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, circunstâncias inexistentes na hipótese em discussão, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo encontra-se devidamente fundamentada e justificada”.

Fonte: Neto Ferreira

O repúdio da OAB/MA contra divulgação de Nota da AMMA

16/08/2016 18:00:46

NOTA DE REPÚDIO DA OAB-MA

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão, reafirma seu compromisso com todos os profissionais em advocacia e com a sociedade maranhense.

Mais uma vez é com surpresa que a OAB-MA e toda a classe advocatícia recebeu a nota emitida pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) que representa toda a classe de juízes maranhenses. Profissionais comprometidos e que atuam de maneira responsável junto à sociedade maranhense, buscando sempre a análise dos fatos.

A OAB-MA em nenhum momento foi questionada pela AMMA acerca das informações sobre o ato a ser realizado em Pio XII. A Associação deveria, como representante dos juízes maranhenses, evitar publicação de notas, cujas informações não foram devidamente checadas.

A responsabilidade da Associação dos Magistrados do Maranhão passa também pela manutenção de um diálogo institucional pautado no respeito e na cordialidade e, principalmente, no objetivo de atender as demandas da sociedade e não prejudicá-la, em nome de todos os magistrados maranhenses. Por tal comportamento da AMMA, fica claro que a associação parece sentir saudades do período totalitário em que o diálogo não era cogitado como uma solução benéfica a todos.

Agindo em nome de interesses pessoais e escusos, a AMMA diz atuar, de maneira irresponsável, em nome de uma classe de profissionais essenciais à sociedade maranhense. Reiteramos o nosso compromisso com os profissionais da magistratura sérios e comprometidos com o diálogo sem que se deixem interferir por aspectos e objetivos pessoais.

No mesmo prisma a OAB/MA reafirma seu compromisso com todos os advogados maranhenses de ser intransigente na defesa de suas prerrogativas, bem como de defender os direitos e garantias individuais de todos os cidadãos (conquistados a duras penas).

A OAB-MA continuará firme na manutenção de sua história, pautada na defesa da Constituição, no combate à corrupção e contra todo abuso do Estado, não se comparando às Associações que não respeitam sequer o princípio do contraditório. Reiteramos que, "Advogado forte é sociedade ativa; profissional independente é pátria livre; advogado respeitado é cidadão valorizado".

Justiça mantém afastamento do prefeito de Pio XII

16/08/2016 16:42:25

O desembargador Raimundo Melo indeferiu, em regime de plantão, o pedido do prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, para voltar ao cargo. Veloso foi afastado por [decisão do juiz](#) Rafael Leite Guedes, então titular da Comarca de Pio XII, que afastou o gestor municipal, três secretários municipais e o procurador do Município, por prazo indeterminado, em decorrência da acusação de improbidade administrativa caracterizada pela existência de servidores "fantasmas" e um possível prejuízo de mais de R\$ 2,5 milhões.

O pleito para seu retorno ao cargo foi feito através de Agravo de Instrumento, que foi negado pelo desembargador plantonista. "Sabe-se, que o efeito suspensivo em sede de agravo de instrumento constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que, demonstradas de forma manifesta a necessidade e a urgência da medida, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, circunstâncias inexistentes na hipótese em discussão, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo encontra-se devidamente fundamentada e justificada".

Prefeitura de Balsas indenizará criança que perdeu o dedo em transporte escolar

Os riscos de transportar estudantes em veículos irregulares, tipo 'pau-de-arara', é sempre emitente nos municípios maranhenses onde gestores parecem não se importar com a segurança de crianças e adolescentes.

Um caso emblemático ocorreu em Balsas. De acordo com uma sentença assinada pela juíza Elaile Silva Carvalho, titular da 1ª Vara da Comarca da cidade, condena o Município a pagar a menor de 10 anos, I.L.S., representada pela mãe, G.V.S., indenização por danos morais no valor de R\$ 30 mil e indenização por danos estéticos também no mesmo valor - ou seja R\$ 60 mil - por acidente sofrido em transporte escolar disponibilizado pela prefeitura e que resultou na amputação de parte de um dedo da menor.

De acordo com a ação, no dia 20 de maio de 2013 a criança, moradora do Povoado Renascer, na zona rural de Balsas, acidentou-se ao descer do caminhão Ford 400, ano/modelo 1995, carroceria aberta. No momento da descida o quarto dedo da mão esquerda da aluna ficou preso na carroceria do caminhão, "sofrendo a amputação traumática da falange proximal do referido membro". Além das fortes dores sofridas "dia e noite", a menor sofreu o abalo psicológico diante do sofrimento e as limitações ocasionadas pela falta do dedo.

O dever constitucional do Município é "promover o adequado e regular serviço de transporte escolar local, em plenas condições de segurança, visando efetivar o acesso das crianças e adolescentes da moradores da zona rural à educação", afirma a juíza que, em suas fundamentações, deixa claro que "o acidente efetivamente se deu em face da utilização de veículo inadequado para o transporte escolar na municipalidade, mormente considerando ser este de carroceria aberta, sem qualquer proteção às crianças e adolescentes - uma vez que destinada ao transporte de mercadorias - o que revela a precariedade nas condições de segurança do meio de transporte em questão". Segundo a magistrada, o motorista do veículo envolvido no acidente confirmou o vínculo do Município com a empresa de transporte escolar para a qual prestava serviços e atestou o corte do dedo da criança e a falta de segurança no serviço público prestado.

Portanto, a indenização deverá ser paga pelo Município de Balsas, através do prefeito Luiz Rocha Filho (PSB), mais conhecido como 'Rochinha'. Os valores devem ser acrescidos de juros moratórios de 0,5% ao mês (caderneta de poupança) e atualização monetária segundo o INPC.

Ex-prefeito de Lago da Pedra é condenado por improbidade

17/08/2016 10:23:31

O ex-prefeito de Lago da Pedra Luiz Osmani de Macedo Pimental foi condenado por crime de improbidade administrativa, acusado de ter contratado servidor de forma irregular. A decisão foi proferida pelo juiz Marcelo Santana Farias, titular da 1ª Vara da Comarca de Lago da Pedra.

Destaca o pedido do Ministério Público que o réu, na qualidade de Prefeito do Município de Lago da Pedra, utilizou-se de verbas municipais para remunerar um apaziguado político, o qual prestava serviço no Diretório Municipal de seu partido, o Partido Democrático Trabalhista. Luiz Osmani exerceu o cargo de Prefeito de Lago da Pedra por 08 (oito) anos, e responde a pelo menos a mais 03 processos de improbidade (dois com sentença condenatória) e mais 02 processos de crimes contra a Administração Pública.

O réu requereu o registro de candidatura para concorrer ao cargo de Prefeito da Cidade de Lago da Pedra nestas eleições. Ele foi condenado às penas de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 08 (oito) anos, pagamento de multa civil e proibição de contratar e de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por parte do Poder Público, diante da extensão do dano causado à coletividade, da gravidade da conduta, do proveito patrimonial, da posição hierárquica da agente, dos bens jurídicos atingidos e da exemplaridade da resposta judicial.

A 1ª Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo em 2008, a fim de apurar denúncia de irregularidade na contratação de servidor público por parte do ex-gestor municipal de Lago da Pedra. Segundo consta no procedimento, Hanna Bárbara Aires da Rocha teria sido contratada ilegalmente pela Prefeitura Municipal de Lago da Pedra, em setembro de 2007, com o aval do réu. O pedido inicial do MP tem a assinatura do promotor de Justiça Reginaldo Júnior Carvalho.

Inicialmente, ele afirmou que a referida funcionária nunca teria prestado serviço na sede do partido. Entretanto, na mesma assentada, ele mesmo afirmou que os serviços prestados pela referida contratada na sede do PDT foram feitos de forma voluntária. Apesar de reiteradamente requerido pelo Ministério Público, o autor nunca comprovou qualquer serviço prestado pela suposta funcionária ao Município de Lago da Pedra, o que poderia ser feito através do envio de sua folha de ponto, a indicação de seu cadastro e da função que exercia, da natureza do vínculo, da data do seu ingresso no serviço público e da comprovação dos respectivos repasses ao INSS.

"O ex-prefeito manteve-se inerte acerca destas provas tanto na fase pré-processual, quanto na judicial, apesar de ter sido intimado a se manifestar nos autos pelo menos por 04 (quatro) vezes, além de ter sido ouvido em audiência", diz a sentença.

E conclui: "Fatos deste jaez nos fazem lembrar as zetéticas e críticas lições do Professor e Advogado Djalma Pinto, ao analisar a ineficácia da Lei da Ficha Limpa para o fim que foi concebida. Tais fatos mostram claramente como, em pleno Século XXI, ainda há governantes que confundem com promiscuidade o público e o privado. Assim, mostra-se necessária uma sanção suficientemente rigorosa para desmotivar tais práticas em nossa República".

Osmani foi condenado ao ressarcimento integral do dano no valor de R\$ 15.042,24; à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 08 anos; ao pagamento de multa civil de 03 (três) vezes o valor do acréscimo patrimonial, ou seja, R\$ 45.126,72 , devidamente corrigida monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e juros moratórios de 1,0% ao mês, a partir da prolação desta sentença até o efetivo pagamento; proibido de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 (dez) anos.

"Deixo aplicar a pena de perda da função pública já que atualmente o réu não ocupa qualquer função. Por outro lado, registro que a pena da suspensão dos direitos políticos poderá ser executada com a manutenção desta sentença em segundo grau, conforme enunciado nº 01 do Movimento Maranhão contra a Corrupção e o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal.

Justiça nega trancamento de ação penal contra ex-prefeito de Vargem Grande

17/08/2016 14:26:48

Os desembargadores da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negaram, por unanimidade, pedido de habeas corpus para trancamento de ação penal em tramitação no Poder Judiciário contra o ex-prefeito de Vargem Grande, Miguel Rodrigues Fernandes.

Fernandes é acusado pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA) de ter contratado durante seu mandato como prefeito (2009/2012) 60 servidores sem a realização de concurso público. A autorização legislativa para as contratações tinham prazo de seis meses, mas foram prorrogadas ilegalmente pelo Executivo Municipal por igual período, mediante a um decreto autônomo.

Em sua defesa, Fernandes apontou ausência de justa causa para propositura da ação penal e sustentou a existência de autorização para as contratações, que, segundo ele, foram feitas respaldadas em Lei Ordinária Municipal.

Ele justificou ainda que tem mais de 70 anos de idade, razão pela qual o prazo prescricional (perda do direito de ação penal) é reduzido pela metade, conforme prevê o Código Penal. Enfatizou que o mencionado prazo prescricional iniciou em 5 de dezembro de 2011 e o recebimento da denúncia veio ocorrer em 16 de maio de 2016, quando já decorridos mais de quatro anos da data do possível fato delituoso (crime).

Para o relator do processo, desembargador Froz Sobrinho, o pedido de Fernandes não trouxe aos autos qualquer elemento que demonstrasse - de forma segura - quando efetivamente ocorreram as últimas contratações temporárias, motivo pelo qual não há como serem aferidos os marcos interruptivos previstos no Código Penal.

Froz Sobrinho assinalou que os elementos constantes dos autos não permitem analisar a ocorrência da prescrição, por estarem ausentes os documentos necessários à compreensão da matéria.

Apontando ausência de provas pré-constituídas (provas já existentes antes do processo), Froz Sobrinho disse ficar impossibilitada a análise da tese de extinção de punibilidade (perda do direito de punir) de Miguel Rodrigues Fernandes.

No que se refere ao trancamento da ação penal, o desembargador frisou que o habeas corpus é medida excepcional, somente se viabilizando quando demonstrada de forma inequívoca a atipicidade absoluta (falta, ausência) do fato descrito na denúncia, bem como a ausência absoluta de provas da materialidade ou indícios

de autoria (elementos de prova).

O magistrado concluiu seu voto considerando temerário o trancamento da ação penal no momento em que a instrução processual já se encontra encerrada, estando o feito aguardando a apresentação das alegações finais.

Desembargador do TJ desbloqueia recursos da secretaria de Márcio Jerry

16/08/2016 20:41:06

O desembargador Kleber Costa Carvalho, do Tribunal de Justiça, concedeu efeito suspensivo a recurso impetrado pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) do Maranhão e determinou o desbloqueio das contas da Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos (Secap).

A pasta, comandada por Márcio Jerry (PCdoB), teve o orçamento trancado por decisão do Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital ([reveja](#)).

O magistrado havia determinado que o Estado promovesse melhorias em um casarão do Centro Histórico, o que não foi feito. Como forma de pressionar o governo a proceder à reforma Douglas Martins mandou trancar o dinheiro da Comunicação.

Agora já liberado...

Governador Flávio Dino recebe e dialoga com Sindicato dos Servidores Públicos e Centrais Sindicais do Maranhão

17/08/2016 00:00:00

O governador Flávio Dino se reuniu nesta terça-feira (16) com representantes do Sindicato dos Servidores Públicos e Centrais Sindicais do Maranhão, no Palácio dos Leões, para discutir uma série de pleitos e dialogar de forma democrática sobre os vários pontos apresentados. Na ocasião, ele traçou o atual panorama fiscal do estado e do Brasil, destacando, de forma transparente, os resultados alcançados e os esforços realizados para manter, sobretudo, a folha salarial em dia, investimentos em serviços como saúde e educação, pagamento de dívidas e o funcionamento dos Três Poderes.

Flávio Dino iniciou a reunião apresentando um panorama geral do Governo, que perpassa por uma administração transparente e é marcada pelo diálogo. Ele comentou ainda a forma de gerenciamento adotado hoje no Estado, que visa a relação entre necessidades e meios, analisando a atual conjuntura e projetando as tendências. Além disso, ele explicou as consequências da recessão que assola o Brasil e o mundo, as perdas salariais no setor privado e no poder público, a alocação de recursos, o peso das dívidas - interna e externa - e a forte expansão de despesas com pessoal.

"Desde o começo do nosso mandato nós temos tido a preocupação de conversar com todos os setores sociais, porque achamos que essa é a melhor forma de governar, a mais democrática e a mais eficaz", destacou o governador. De acordo com ele, o Governo tem dado continuidade a esse processo através de reuniões permanentes com as representações sindicais de vários segmentos, como trabalhadores rurais, representados por várias entidades, trabalhadores urbanos e também empresários.

O governador ressaltou que está torcendo para a conjuntura do país melhorar e, por consequência, a do Maranhão também, para que o processo de negociação em todas as questões salariais, das reivindicações sindicais, possam ser atendidas. "Fizemos essa reunião hoje de grande importância com as Centrais Sindicais e com o Sindicato dos Servidores Públicos dos Três Poderes, ouvindo sobre reivindicações e pleitos. Nós pudemos expor aquilo que temos feito. Ano passado tivemos e neste ano, também, um incremento muito expressivo na folha de pessoal", reiterou.

Para Frazão Oliveira, presidente da Força Sindical do Maranhão, esse encontro do movimento sindical com o governador foi positivo. "Ele traz para o movimento sindical, sobretudo no setor público, para as centrais sindicais e o sindicato no geral, uma expectativa de que a mesa de negociação passa a ser permanente, os trabalhadores do setor público passam a ter um canal direto com o Governo e com o governador", realçou. Durante a reunião, ficou acordada a criação de uma Mesa Permanente de Diálogo e Negociação entre o Governo do Estado e as Centrais e Sindicatos. O presidente do Sindicato dos Policiais Cíveis do Estado do Maranhão (Sinpol-MA), Heleudo Moreira, avaliou de forma positiva o encontro com o governador e a equipe de secretários

para dialogar com os representantes dos servidores públicos do estado do Maranhão acerca da abertura ou reabertura de negociações. "É isso que nós queremos. Que essas negociações retomem para que nós possamos chegar a um entendimento sobre as nossas pautas específicas, no caso dos policiais civis do Maranhão", explicou.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), Márcio Luiz Sousa, disse que esperava a abertura desse canal de diálogo com o governador. "Esse diálogo sempre vai engrandecer e vamos encontrar conjuntamente as soluções para os problemas que são inúmeros, podem até ser diferentes, mas como somos servidores públicos, o governador ouvindo e buscando junto ao seu secretariado e demais representantes aqui do Governo encontrar soluções para todas as categorias", sublinhou.

Participaram da reunião representantes de vários sindicatos ligados às áreas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), da União Geral dos Trabalhadores (UGT), da Nova Central Sindical (NCST), da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), da CSP Conlutas.

Também estiveram presentes os secretários de Estado Marcelo Tavares (Casa Civil), Antônio Nunes (SEGOV), Márcio Jerry (SECAP), Cynthia Mota (SEPLAN), Francisco Gonçalves (SEDIHPOP) e o Procurador Geral do Estado (PGE), Rodrigo Maia.

Fracassa tentativa de Lidiane Leite voltar à Prefeitura de Bom Jardim

16/08/2016 00:00:00

Agora, se a decisão do STF entra em vigor, como ficaria a negociata nas 5.650 Câmaras Municipais Brasileiras?!? Por exemplo, no caso do município de Bom Jardim!!!

[Política](#)

Atual7

Há 4 dias

O desembargador Raimundo Melo, na condição de plantonista do Tribunal de Justiça do Maranhão, barrou, nesta sexta-feira 12, a tentativa da prefeita afastada de Bom Jardim, Lidiane Leite (DEM), de retornar ao cargo, pela sexta vez. A [informação é do Blog do Gilberto Léda](#).

Por meio do seu advogado, Lidiane protocolou um agravo de instrumento na quinta-feira 11, [mesmo dia em que foi novamente afastada](#), pela quinta vez, por suspeita de desvio de mais de R\$ 15 milhões da verba da merenda escolar. Além da 'prefeita ostentação', o pedido contempla, ainda, o presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim, vereador Arão Silva (PTC), também afastado.

Em sua decisão, no entanto, Raimundo Melo entendeu - de acordo com resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do regimento interno do próprio TJ-MA - que o recurso interposto não era caso de plantão.

O magistrado, então, determinou a distribuição do recurso pelas vias ordinárias.

Secap obteve efeito suspensivo e recursos não estão bloqueados

17/08/2016 15:42:42

[Marrapá](#) - Ao contrário das notícias que surgiram na imprensa que a Secretaria de Comunicação e Articulação Política (Secap) estaria com as contas bloqueadas, o Desembargador Kleber Costa Carvalho concedeu um efeito suspensivo em favor do Governo Estado liberando a utilização dos recursos, já durante o mês de julho.

A Procuradoria Geral do Estado alegou que o bloqueio traria sérios danos a segurança pública, por exemplo, além de outros serviços essenciais de divulgação para a população. "A concessão de efeito suspensivo, defendendo, para tanto, a existência de lesão à ordem administrativa e lesão à segurança pública, na medida em que impossibilita a utilização das verbas de publicidade para noticiar serviços relevantes à população, sobretudo no período de festas juninas", diz um trecho da peça.

A PGE ainda afirma que o bloqueio de verbas do ente público afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em sua decisão, o desembargador Kleber Costa Carvalho, alega que o bloqueio de verbas públicas deve ser um instrumento utilizado apenas quando existe um caso especial que afronta a saúde pública, por exemplo, como fornecimento de remédios. Neste contexto, ele entende que a restauração de imóveis tombados não satisfaz ao requisito da excepcionalidade.

Por esses e outros motivos o desembargador decidiu: "No que respeita ao perigo da demora, obtempero que a não concessão do efeito suspensivo pode inviabilizar a própria propaganda institucional do Estado, mormente em se tratando de informativos necessários à segurança pública, os quais dependem da utilização dos recursos bloqueados pela decisão recorrida. Ex positis, presentes os pressupostos essenciais à concessão da medida de urgência pleiteada, CONCEDO o efeito suspensivo no recurso".

Portanto, a Secap continua como o seu trabalho normal de divulgação.

Tribunal de Justiça mantém afastamento do prefeito de Pio XII

O Tribunal de Justiça do Maranhão, através do desembargador Raimundo Melo, indeferiu, em regime de plantão, o pedido do prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, para voltar ao cargo.

Veloso foi afastado por decisão do juiz Rafael Leite Guedes, então titular da Comarca de Pio XII, que afastou o gestor municipal, três secretários municipais e o procurador do Município, por prazo indeterminado, em decorrência da acusação de improbidade administrativa caracterizada pela existência de servidores “fantasmas” e um possível prejuízo de mais de R\$ 2,5 milhões.

O pleito para seu retorno ao cargo foi feito através de Agravo de Instrumento, que foi negado pelo desembargador plantonista.

“Sabe-se, que o efeito suspensivo em sede de agravo de instrumento constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que, demonstradas de forma manifesta a necessidade e a urgência da medida, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, circunstâncias inexistentes na hipótese em discussão, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo encontra-se devidamente fundamentada e justificada”.

Sendo assim, o prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, segue afastado da Prefeitura Municipal.

Márcio Jerry tem verba de sua Secretaria bloqueada pela Justiça

16/08/2016 00:00:00

Juiz Douglas Martins manda bloquear verba da Secretaria de Comunicação Articulação Política

[Aquiles Emir](#) - O juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos, determinou o bloqueio da verba orçamentária da Secretaria de Comunicação e Articulação (Secap) por causa de um descumprimento por parte do Governo do Estado a uma decisão para que fosse recuperado um imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico.

Segundo o magistrado, a decisão para que fosse reformado um casarão no centro da cidade deu-se ainda no ano passado, antes de sair de licença para defender seu doutorado na Universidade de Salamanca (Espanha) e quando retornou nenhuma providência havia sido tomada pelo Estado, daí ter adotado a punição.

O juiz disse que poderia pedir o bloqueio de qualquer área do Governo, porém não queria que sua medida fosse interpretada como prejudicial para Saúde, Educação, Infraestrutura, Segurança Pública, Agricultura e outras consideradas essenciais, por isto optou pela verba da Secap, que, mesmo sendo necessária para o funcionamento do Estado, não é essencial.

Este jornalista entrou em contato com o secretário Márcio Jerry (foto), titular da Secap, via whatsapp, para saber as consequências dessa medida judicial, mas até o fechamento da postagem não havia respondido à pergunta formulada.

Justiça mantém afastamento do prefeito de Pio XII

17/08/2016 08:05:11

O desembargador Raimundo Melo indeferiu, em regime de plantão, o pedido do prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, para voltar ao cargo. Veloso foi afastado por decisão do juiz Rafael Leite Guedes, então titular da Comarca de Pio XII, que afastou o gestor municipal, três secretários municipais e o procurador do Município, por prazo indeterminado, em decorrência da acusação de improbidade administrativa caracterizada pela existência de servidores "fantasmas" e um possível prejuízo de mais de R\$ 2,5 milhões.

O pleito para seu retorno ao cargo foi feito através de Agravo de Instrumento, que foi negado pelo desembargador plantonista. "Sabe-se, que o efeito suspensivo em sede de agravo de instrumento constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que, demonstradas de forma manifesta a necessidade e a urgência da medida, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, circunstâncias inexistentes na hipótese em discussão, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo encontra-se devidamente fundamentada e justificada".

MP explica razões dos afastamentos dos prefeitos de Bom Jardim e Pio XII

O Ministério Público explicou nesta segunda-feira, 15, os motivos que levaram dois promotores a pedirem o afastamento dos prefeitos e de secretários de Bom Jardim e Pio XII, na semana passada.

A promotoria afirmou que a atuação do órgão busca sempre defender os interesses da sociedade e zelar pela boa aplicação dos recursos públicos. "Nossas ações não são contra pessoas, mas contra atos. O Ministério Público não tem partido político. Nosso partido é a legalidade", esclareceu.

O promotor de justiça de Pio XII, Francisco Thiago Rabelo, detalhou as diversas etapas da investigação, iniciada em janeiro de 2016, que identificou a existência de 43 funcionários fantasmas na Prefeitura do município.

O processo culminou com o afastamento do prefeito Paulo Roberto Sousa Veloso e dos secretários municipais Antonio Roberval de Lima (Administração), Melquizedeque Fontenele Nascimento (Finanças) e Iara Adriana Araújo Portilho (Educação), no último dia 10 pela justiça. O procurador do município, Michel Lacerda Ferreira, também foi afastado.

O juiz Raphael Leite Guedes deferiu o pedido do membro do Ministério Público em uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa. Na ação, o promotor de justiça estimou que os pagamentos irregulares feitos aos funcionários que ganham sem trabalhar geraram um prejuízo de R\$ 2.478.406,88 aos cofres municipais.

BOM JARDIM

Em Bom Jardim, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira informou sobre a ação que resultou no novo afastamento da prefeita Lidiane Leite, que tinha sido presa e afastada do cargo em 2015. Pela decisão judicial, do último dia 11, a gestora foi afastada do cargo pelo prazo de 120 dias até que seja julgada uma Ação Civil Pública, ajuizada em 26 de agosto de 2015, que trata dos desvios de recursos públicos que deveriam ter sido aplicados no setor educacional do município.

Quanto ao afastamento do presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim, Arão Sousa Silva, o promotor de justiça informou que o pedido foi deferido pela Justiça em Ação Civil Pública por improbidade administrativa. O vereador não deu publicidade ao ato e se recusou a prestar informações sobre o decreto legislativo que retornou a prefeita Lidiane Leite ao cargo.

ENTENDA O CASO

Em 5 de setembro de 2015, o presidente da Câmara, por meio do Decreto legislativo nº 006/2015, declarou a perda do mandato da então prefeita Lidiane Leite da Silva, que se encontrava afastada do município sem

autorização do Legislativo Municipal há 10 dias. Na época, Lidiane Leite estava sendo procurada pela Polícia Federal em virtude de desvios de verbas da educação no município.

A Lei Orgânica do Município de Bom Jardim prevê a necessidade de autorização da Câmara para afastamentos superiores a 10 dias. A medida foi tomada após o encaminhamento de Recomendação por parte do Ministério Público.

No último dia 8, no entanto, Arão Silva, em sessão extraordinária, deu posse novamente a Lidiane Leite, "sem ao menos publicar ou divulgar a revogação do decreto, o qual teria, em tese, sido revogado unilateralmente pelo referido presidente", explica o promotor de justiça da comarca.

Segundo Fábio Santos de Oliveira, apesar de várias tentativas da promotoria em ter acesso a um documento que tivesse revogado o decreto, que não havia sido publicado, isso foi negado pelo presidente daquela Casa Legislativa.

Secap obteve efeito suspensivo e recursos não estão bloqueados?

17/08/2016 13:01:17

[Marrapá](#)

Ao contrário das falsas notícias que surgiram de que a Secretaria de Comunicação e Articulação Política (Secap) estaria com as contas bloqueadas, o desembargador Kléber Costa Carvalho concedeu um efeito suspensivo em favor do governo do Estado, liberando a utilização dos recursos, já durante o mês de julho.

A Procuradoria Geral do Estado alegou que o bloqueio traria sérios danos à Segurança Pública, por exemplo, além de outros serviços essenciais de divulgação para a população. "A concessão de efeito suspensivo, defendendo, para tanto, a existência de lesão à ordem administrativa e lesão à Segurança Pública, na medida em que impossibilita a utilização das verbas de publicidade para noticiar serviços relevantes à população, sobretudo no período de festas juninas", diz um trecho da peça.

A PGE ainda afirma que o bloqueio de verbas do ente público afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em sua decisão, o desembargador alega que o bloqueio de verbas públicas deve ser um instrumento utilizado apenas quando existe um caso especial que afronta a saúde pública, por exemplo, como fornecimento de remédios. Neste contexto, ele entende que a restauração de imóveis tombados não satisfaz ao requisito da excepcionalidade.

Por esses e outros motivos, o desembargador decidiu: "No que respeita ao perigo da demora, obtempero que a não concessão do efeito suspensivo pode inviabilizar a própria propaganda institucional do Estado, mormente em se tratando de informativos necessários à segurança pública, os quais dependem da utilização dos recursos bloqueados pela decisão recorrida. Ex positis, presentes os pressupostos essenciais à concessão da medida de urgência pleiteada, CONCEDO o efeito suspensivo no recurso".

Portanto, a Secap continua com o seu trabalho normal de divulgação.

Justiça mantém afastamento do prefeito de Pio XII

16/08/2016 00:00:00

O desembargador Raimundo Melo indeferiu, em regime de plantão, o pedido do prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, para voltar ao cargo.

Veloso foi afastado por decisão do juiz Rafael Leite Guedes, então titular da Comarca de Pio XII, que afastou o gestor municipal, três secretários municipais e o procurador do município, por prazo indeterminado, em decorrência da acusação de improbidade administrativa caracterizada pela existência de servidores "fantasmas" e um possível prejuízo de mais de R\$ 2,5 milhões.

O pleito para seu retorno ao cargo foi feito através de Agravo de Instrumento, que foi negado pelo desembargador plantonista. "Sabe-se, que o efeito suspensivo em sede de agravo de instrumento constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que, demonstradas de forma manifesta a necessidade e a urgência da medida, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, circunstâncias inexistentes na hipótese em discussão, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo encontra-se devidamente fundamentada e justificada".

Pai que estuprou duas filhas menores é condenado a 72 anos de reclusão

IMIRANTE.COM, COM INFORMAÇÕES DO TJ-MA
17/08/2016 às 17h34

Segundo apuração policial, entre outubro de 2005 e maio de 2014, Costa estuprou repetidamente suas filhas.

Pela investigação, o crime era cometido no período noturno, quando as vítimas estavam recolhidas em seu quarto para dormir. - Arte: Imirante.com

CAXIAS - A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) negou recurso a Francisco Alves Costa, condenado a 72 anos de reclusão por crime de estupro contra duas filhas. O relator do processo foi o desembargador Raimundo Melo, que manteve decisão da juíza da 5ª Vara da Comarca de Caxias, Marcela Santana Lobo.

Segundo apuração policial, entre outubro de 2005 e maio de 2014, Costa estuprou repetidamente suas filhas, respectivamente com 9 e 12 anos de idade à época dos fatos. Pela investigação, o crime era cometido no período noturno, quando as vítimas estavam recolhidas em seu quarto para dormir. De acordo com os autos do processo, o ato era presenciado pelos outros irmãos.

Inconformado com a pena de 72 anos, Francisco Costa interpôs recurso de apelação, questionando a falta de provas para manter sua condenação.

Decisão

Em sua decisão, o desembargador Raimundo Melo, considerou que “a palavra da vítima, especialmente nos crimes contra a liberdade sexual, que geralmente ocorrem na clandestinidade, detém considerável credibilidade quando prestada de forma harmônica”. Também ressaltou que todo o acervo probatório (que pode se referir ou conter provas) demonstra coerência com a versão fática sustentada pelas vítimas.

Ao final, Melo manteve a condenação de 1º Grau, sendo acompanhado pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana Sousa.

Acusado de homicídio é condenado a 28 anos em Balsas

O crime aconteceu em dezembro de 2012 e a sessão ocorreu na última semana.

BALSAS - A juíza Elaile Silva, titular da 1ª Vara de Balsas, divulgou resultado de sessão do Tribunal do Júri realizado na unidade judicial. O réu foi Samyro Rocha de Souza, conhecido pelo apelido de 'Taurus'. Por fim, Samyro Rocha foi considerado culpado e recebeu a pena de 28 anos de prisão. A sessão ocorreu na última semana.

Ele estava sendo acusado da morte de Mauro Martins Pereira de Souza, fato ocorrido em dezembro de 2012. Consta na denúncia que Mauro foi morto com três tiros de pistola, disparados por Taurus. Na ocasião, ao ser abordado pela polícia, o acusado teria confirmado a autoria do crime, revelando detalhes.

De acordo com Taurus, a vítima lhe devia a quantia de trezentos reais. No dia em que foi cobrar o dinheiro, ele teria sido ameaçado por Mauro, com uma arma de fogo. Samyro Rocha contou ainda que Mauro disse que o mataria caso fosse cobrado outra vez.

Narra a denúncia que o acusado convidou a vítima para fumar uma pedra de crack e, chegando à beira do rio, teria desferido três tiros em Mauro. O corpo da vítima foi encontrado três dias depois. Taurus teria afirmado que Mauro merecia morrer, pois além de dever dinheiro, ele realizava assaltos frequentes em Balsas e era traficante de drogas.

Ao analisar a personalidade do acusado, verificou-se que ele era satanista, possuindo inclusive um apelido que faz referência a isso. Ele teria assinado documento se declarando satânico, possuindo tatuagens de demônios no peito, braços e costas. "Fato esse que demonstra a má índole do réu", destacou a sentença. Taurus foi condenado por homicídio duplamente qualificado e não obteve o direito de recorrer em liberdade.

Governador Flávio Dino recebe visita da ministra Cármen Lúcia.

O governador Flávio Dino reafirmou a ministra e recém-eleita presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, o compromisso da gestão com a garantia de direitos da população.

MARANHÃO - O governador Flávio Dino recebeu, na tarde desta segunda-feira (15), a ministra e recém-eleita presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, em uma visita de cortesia ao Palácio dos Leões. Apresentando as principais ações do Governo do Estado nas áreas de Segurança Pública, Direitos Humanos e Políticas Públicas para as Mulheres, o governador Flávio Dino reafirmou o compromisso da gestão com a garantia de direitos da população e ressaltou que o Governo do Estado está à disposição da Justiça Federal para implantação de projetos nas áreas.

“Temos uma relação de confiança em nível local com a Justiça, com parcerias sistemáticas com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público. A visita da ministra Cármen Lúcia é importante para a construção de uma agenda de parceria entre os poderes”, destacou o governador, parabenizando a ministra que, além de ser eleita, na última quarta-feira (10), para a presidência da Corte no biênio 2016-2018, também assumirá a liderança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Nós já temos uma relação institucional com o Conselho Nacional de Justiça na questão penitenciária e hoje conversamos muito sobre a necessidade de extensão desse convênio, em que há metas claras que o Governo do Maranhão vem cumprindo para a humanização do sistema penitenciário, para que a execução penal se dê cada vez melhor”, relatou Flávio Dino, ao apresentar as ações da gestão.

Para a ministra, a experiência do governador na área jurídica - como professor de Direito e ex-juiz federal - pode contribuir na construção e efetivação da política de garantia de direitos no país. “Ter no estado um governador que lutou pela criação do CNJ é muito importante”, defendeu a ministra.

Governador Flávio Dino, a ministra e recém-eleita presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, o vice-governador Carlos Brandão, o presidente do TJ-MA desembargador Cleones Cunha, o desembargador Fróz Sobrinho, e secretários de Estado em encontro no Palácio dos Leões.

Ao conhecer os programas de Governo da área de Segurança Pública, Cármen Lúcia, comentou que os esforços do Maranhão em combater a violência, muito se assemelha aos esforços da Justiça Federal. “A tentativa do Estado é exatamente coerente com o que a gente busca, que é a atenuação tanto das causas, quanto da contenção da violência. A conflituosidade está posta, a nós, servidores públicos do executivo e do judiciário, e também do legislativo através de normas próprias, cabe fazer com que a gente tenha condições de fazer face a isso. A violência não pode vencer a justiça”, apontou a ministra.

No encontro, o governador apresentou parte da equipe de Governo. Estiveram presentes na visita o

vice-governador Carlos Brandão, o procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, o chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, e os secretários de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela, da Mulher, Laurinda Pinto, de Segurança Penitenciária, Murilo Andrade, de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves e de Controle e Transparência, Rodrigo Lago. Também estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Cleones Cunha e o desembargador Fróz Sobrinho.

Proteção à mulher

A ministra Carmen Lúcia esteve no Maranhão para a abertura da V Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que vai ser realizada de 15 a 19 de agosto, com o objetivo de chamar a atenção para as consequências da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na oportunidade, além da visita ao governador Flávio Dino, Cármen ainda foi conhecer as instalações da Casa da Mulher Brasileira, no Jaracati, que está em fase de conclusão de obras. Gerida de forma compartilhada entre os governos municipal, estadual e federal, a Casa oferecerá atendimento humanizado, confortável e especializado, com uma série de serviços, incluindo acolhimento e triagem; apoio psicossocial; e promoção de ações para a autonomia econômica da mulher vítima de violência.

Mais

informações: <http://www.portaldomunim.com.br/governador-flavio-dino-recebe-visita-da-ministra-carmen-lucia/>

TJ do Maranhão empossa novo juiz da Comarca de Bom Jardim.

Desembargador Cleones Carvalho Cunha, empossou o juiz Raphael Leite Guedes, na Comarca de Bom Jardim.

BOM JARDIM - O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, empossou o juiz Raphael Leite Guedes, na Comarca de Bom Jardim, de entrância inicial. O ato de posse ocorreu no Gabinete da Presidência, na última sexta-feira (12). O magistrado foi removido pelo Tribunal de Justiça, em sessão plenária administrativa realizada no dia 3 de agosto deste ano, pelo critério de merecimento. O presidente da Corte, Cleones Cunha, desejou sucesso ao magistrado na nova comarca.

Aprovado no concurso público, promovido pelo TJMA, em 2015, Raphael Leite Guedes foi titularizado na Comarca de Pio XII. “Deixamos a comarca saneada. Desenvolvemos um trabalho onde foram proferidas mais de mil sentenças em menos de um ano”, informou.

O magistrado afirmou que a nova comarca é um novo desafio e, que nas atividades judicantes em Bom Jardim, manterá o compromisso de defender os direitos dos cidadãos. “Pretendo continuar prestando serviços de qualidade, de forma célere e eficiente em prol da Justiça e dos jurisdicionados”, ressaltou.

O termo de posse foi lido pela diretora-geral do TJMA, juíza Isabella Lago, com a presença do desembargador Fróz Sobrinho e dos juízes auxiliares da Presidência, Nilo Ribeiro (coordenador do Comitê Estadual de Precatórios) e Júlio Prazeres.

Governador Flávio Dino recebe e dialoga com Sindicato dos Servidores Públicos e Centrais Sindicais do Maranhão.

Governador Flávio Dino com as centrais.

MARANHÃO - O governador Flávio Dino se reuniu nesta terça-feira (16) com representantes do Sindicato dos Servidores Públicos e Centrais Sindicais do Maranhão, no Palácio dos Leões, para discutir uma série de pleitos e dialogar de forma democrática sobre os vários pontos apresentados. Na ocasião, ele traçou o atual panorama fiscal do estado e do Brasil, destacando, de forma transparente, os resultados alcançados e os esforços realizados para manter, sobretudo, a folha salarial em dia, investimentos em serviços como saúde e educação, pagamento de dívidas e o funcionamento dos Três Poderes.

Flávio Dino iniciou a reunião apresentando um panorama geral do Governo, que perpassa por uma administração transparente e é marcada pelo diálogo. Ele comentou ainda a forma de gerenciamento adotado hoje no Estado, que visa a relação entre necessidades e meios, analisando a atual conjuntura e projetando as tendências. Além disso, ele explicou as consequências da recessão que assola o Brasil e o mundo, as perdas salariais no setor privado e no poder público, a alocação de recursos, o peso das dívidas - interna e externa - e a forte expansão de despesas com pessoal.

“Desde o começo do nosso mandato nós temos tido a preocupação de conversar com todos os setores sociais, porque achamos que essa é a melhor forma de governar, a mais democrática e a mais eficaz”, destacou o governador. De acordo com ele, o Governo tem dado continuidade a esse processo através de reuniões permanentes com as representações sindicais de vários segmentos, como trabalhadores rurais, representados por várias entidades, trabalhadores urbanos e também empresários.

O governador ressaltou que está torcendo para a conjuntura do país melhorar e, por consequência, a do Maranhão também, para que o processo de negociação em todas as questões salariais, das reivindicações sindicais, possam ser atendidas. “Fizemos essa reunião hoje de grande importância com as Centrais Sindicais e com o Sindicato dos Servidores Públicos dos Três Poderes, ouvindo sobre reivindicações e pleitos. Nós

pudemos expor aquilo que temos feito. Ano passado tivemos e neste ano, também, um incremento muito expressivo na folha de pessoal”, reiterou.

Para Frazão Oliveira, presidente da Força Sindical do Maranhão, esse encontro do movimento sindical com o governador foi positivo. “Ele traz para o movimento sindical, sobretudo no setor público, para as centrais sindicais e o sindicato no geral, uma expectativa de que a mesa de negociação passa a ser permanente, os trabalhadores do setor público passam a ter um canal direto com o Governo e com o governador”, realçou.

Durante a reunião, ficou acordada a criação de uma Mesa Permanente de Diálogo e Negociação entre o Governo do Estado e as Centrais e Sindicatos. O presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Maranhão (Sinpol-MA), Heleudo Moreira, avaliou de forma positiva o encontro com o governador e a equipe de secretários para dialogar com os representantes dos servidores públicos do estado do Maranhão acerca da abertura ou reabertura de negociações. “É isso que nós queremos. Que essas negociações retomem para que nós possamos chegar a um entendimento sobre as nossas pautas específicas, no caso dos policiais civis do Maranhão”, explicou.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), Márcio Luiz Sousa, disse que esperava a abertura desse canal de diálogo com o governador. “Esse diálogo sempre vai engrandecer e vamos encontrar conjuntamente as soluções para os problemas que são inúmeros, podem até ser diferentes, mas como somos servidores públicos, o governador ouvindo e buscando junto ao seu secretariado e demais representantes aqui do Governo encontrar soluções para todas as categorias”, sublinhou.

Participaram da reunião representantes de vários sindicatos ligados às áreas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, além da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), da União Geral dos Trabalhadores (UGT), da Nova Central Sindical (NCST), da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), da CSP Conlutas. Também estiveram presentes os secretários de Estado Marcelo Tavares (Casa Civil), Antônio Nunes (SEGOV), Márcio Jerry (SECAP), Cynthia Mota (SEPLAN), Francisco Gonçalves (SEDIHPOP) e o Procurador Geral do Estado (PGE), Rodrigo Maia.

FLÁVIO DINO COM OS REPRESENTANTES SINDICAIS.

OAB-MA PARTICIPA DA ABERTURA OFICIAL DA V SEMANA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB-MA), Thiago Diaz, participou ontem (15), da cerimônia de abertura da V Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa realizada no Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Maranhão. A cerimônia contou com a presença da ministra e presidente eleita do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, idealizadora da campanha.

“O direito tem como objetivo promover a paz e impedir que as doenças, as chagas sociais que impedem as pessoas de serem felizes juntas, nós homens e mulheres, sejam devidamente curadas e prevenidas. A Campanha Justiça pela Paz em Casa foi pensada para ser permanente. Esta semana que se inicia é a quinta, mas será a semana em que os juízes de forma concentrada trabalharão num esforço voltado para dá uma resposta rápida e pronta para a sociedade”, disse a Ministra e presidente do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia.

Para o presidente da OAB-MA, Thiago Diaz, a campanha é muito importante principalmente porque apresenta à sociedade respostas a atos desumanos como a violência contra a mulher e a família. “É fundamental a participação de todas as instituições e da sociedade para que possamos eliminar de vez com os atos violentos que desestruturam qualquer família”, disse.

A campanha Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa tem como objetivo promover a cultura da paz nos lares brasileiros, coibindo com isso a violência contra a mulher. Ela teve início, no mesmo dia, em todos os tribunais do país, seguindo com programação até o dia 19 de agosto.

No Maranhão, serão realizados mutirões em diversas comarcas para julgamento de processos que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher. Em São Luís e Imperatriz, os esforços concentrados se darão nas varas especializadas e nas demais comarcas naquelas que possuem competência para julgar os casos.

Em todo o Brasil, estão previstas ações como palestras, seminários, oficinas entre outras atividades, que no Maranhão já foram realizadas durante a I Semana de Valorização da Mulher, em julho deste ano.

Vale destacar que foram lançados, ainda, o Requerimento Eletrônico de Medidas Protetivas de Urgência e o Banco de Dados de Violência Doméstica do Maranhão. Na oportunidade, foi formalizado o Requerimento Eletrônico de Medidas Protetivas, através da assinatura do Termo de Cooperação Técnica, que vai permitir a utilização eletrônica do sistema Malote Digital para os requerimentos de medida protetiva de urgência. Integram a cooperação o Tribunal de Justiça do Maranhão, Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), Defensoria Pública do Maranhão, Ministério Público Estadual e Secretaria de Estado de Segurança Pública.

E agora Camarada? liso em plena campanha.

O Governador (de fato) Márcio Jerry ta acostumado a fazer as coisas do seu jeito, quem quiser que se alie a ele, ele não se alia a ninguém. Pois bem, o Juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, determinou que melhorias fossem feitas num casarão histórico, mas ninguém deu ouvido ao magistrado, como forma de pressionar o governo a atender sua exigência, o Juiz mandou bloquear o dinheiro da Secretaria Estadual da Comunicação. O tiro foi certo, atingiu em cheio quem realmente manda no faz-me-rir. Márcio Jerry ficou liso, lesado e louco.

JUSTIÇA MANTÉM AFASTAMENTO DO PREFEITO DE PIO XII

A decisão foi mantida pelo desembargador Raimundo Melo

O desembargador Raimundo Melo indeferiu, em regime de plantão, o pedido do prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, para voltar ao cargo. Veloso foi afastado por decisão do juiz Rafael Leite Guedes, então titular da Comarca de Pio XII, que afastou o gestor municipal, três secretários municipais e o procurador do Município por prazo indeterminado, em decorrência da acusação de improbidade administrativa caracterizada pela existência de servidores “fantasmas” e um possível prejuízo de mais de R\$ 2.5 milhões. O pleito para seu retorno ao cargo foi feito através de Agravo de Instrumento, que foi negado pelo desembargador plantonista. “Sabe-se, que o efeito suspensivo em sede de agravo de instrumento constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e a urgência da medida, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, circunstâncias inexistentes na hipótese em discussão, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo encontra-se devidamente fundamentada e justificada”.

mais informações: <http://www.agorasantaines.com.br/index.php?topicos=nav/single&topico=3133>

ACUSADO DE ASSASSINATO É CONDENADO A 28 ANOS DE CADEIA EM BALSAS

A juíza Elaile Silva, titular da 1ª Vara de Balsas, divulgou resultado de sessão do Tribunal do Júri realizado na unidade judicial. O réu foi Samyro Rocha de Souza, conhecido pelo apelido de 'Taurus'. Por fim, Samyro Rocha recebeu foi considerado culpado e recebeu a pena de 28 anos de prisão. A sessão ocorreu na última semana. Ele estava sendo acusado da morte de Mauro Martins Pereira de Souza, fato ocorrido em dezembro de 2012. Consta na denúncia que Mauro foi morto com três tiros de pistola, disparados por Taurus. Na ocasião, ao ser abordado pela polícia, o acusado teria confirmado a autoria do crime, revelando detalhes. De acordo com Taurus, a vítima lhe devia a quantia de trezentos reais. No dia em que foi cobrar o dinheiro, ele teria sido ameaçado por Mauro, com uma arma de fogo. Samyro Rocha contou ainda que Mauro disse que o mataria caso fosse cobrado outra vez. Narra a denúncia que o acusado convidou a vítima para fumar uma pedra de crack e, chegando à beira do rio, teria desferido três tiros em Mauro. O corpo da vítima foi encontrado três dias depois. Taurus teria afirmado que Mauro merecia morrer, pois além de dever dinheiro, ele realizava assaltos frequentes em Balsas e era traficante de drogas. Ao analisar a personalidade do acusado, verificou-se que ele era satanista, possuindo inclusive um apelido que faz referência a isso. Ele teria assinado documento se declarando satânico, possuindo tatuagens de demônios no peito, braços e costas. "Fato esse que demonstra a má índole do réu", destacou a sentença. Taurus foi condenado por homicídio duplamente qualificado e não obteve o direito de recorrer em liberdade.

Governador do Maranhão recebe visita da ministra Cármen Lúcia

O governador do Maranhão recebeu, na tarde desta segunda-feira (15), a ministra e recém-eleita presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, em uma visita de cortesia ao Palácio dos Leões. Apresentando as principais ações do Governo do Estado nas áreas de Segurança Pública, Direitos Humanos e Políticas Públicas para as Mulheres, o governador reafirmou o compromisso da gestão com a garantia de direitos da população e ressaltou que o Governo do Estado está à disposição da Justiça Federal para implantação de projetos nas áreas.

“Temos uma relação de confiança em nível local com a Justiça, com parcerias sistemáticas com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público. A visita da ministra Cármen Lúcia é importante para a construção de uma agenda de parceria entre os poderes”, destacou o governador, parabenizando a ministra que, além de ser eleita, na última quarta-feira (10), para a presidência da Corte no biênio 2016-2018, também assumirá a liderança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

“Nós já temos uma relação institucional com o Conselho Nacional de Justiça na questão penitenciária e hoje conversamos muito sobre a necessidade de extensão desse convênio, em que há metas claras que o Governo do Maranhão vem cumprindo para a humanização do sistema penitenciário, para que a execução penal se dê cada vez melhor”, relatou Dino, ao apresentar as ações da gestão.

Para a ministra, a experiência do governador na área jurídica – como professor de Direito e ex-juiz federal – pode contribuir na construção e efetivação da política de garantia de direitos no país. “Ter no estado um governador que lutou pela criação do CNJ é muito importante”, defendeu a ministra.

Ao conhecer os programas de Governo da área de Segurança Pública, Cármen Lúcia, comentou que os esforços do Maranhão em combater a violência, muito se assemelha aos esforços da Justiça Federal. “A tentativa do Estado é exatamente coerente com o que a gente busca, que é a atenuação tanto das causas, quanto da contenção da violência. A conflituosidade está posta, a nós, servidores públicos do executivo e do judiciário, e também do legislativo através de normas próprias, cabe fazer com que a gente tenha condições de fazer face a isso. A violência não pode vencer a justiça”, apontou a ministra.

No encontro, o governador apresentou parte da equipe de Governo. Estiveram presentes na visita o vice-governador Carlos Brandão, o procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, o chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, e os secretários de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela, da Mulher, Laurinda Pinto, de Segurança Penitenciária, Murilo Andrade, de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves e de Controle e Transparência, Rodrigo Lago. Também estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Cleones Cunha e o desembargador Fróz Sobrinho.

Proteção à mulher

A ministra Carmen Lúcia esteve no Maranhão para a abertura da V Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que vai ser realizada de 15 a 19 de agosto, com o objetivo de chamar a atenção para as consequências da violência

doméstica e familiar contra a mulher.

Na oportunidade, além da visita ao governador, Cármen ainda foi conhecer as instalações da Casa da Mulher Brasileira, no Jaracati, que está em fase de conclusão de obras. Gerida de forma compartilhada entre os governos municipal, estadual e federal, a Casa oferecerá atendimento humanizado, confortável e especializado, com uma série de serviços, incluindo acolhimento e triagem; apoio psicossocial; e promoção de ações para a autonomia econômica da mulher vítima de violência.

Terminal Rodoviário deve ser reformado imediatamente, diz MP

Promotoria do Consumidor se une à de Defesa dos Direitos Fundamentais pela reforma da rodoviária de São Luís; ação do MP pede interdição do local

Ação da Justiça pede a interdição do terminal; Promotoria do Consumidor quer que haja reforma (Foto: De Jesus / O ESTADO)

A Promotoria do Consumidor resolveu entrar na briga, junto com a Promotoria do Controle Externo da Atividade Policial e a de Defesa dos Direitos Fundamentais, para tentar conseguir a reforma imediata do Terminal Rodoviário de São Luís. Em 6 de julho deste ano, o Ministério Público entrou com uma ação na Justiça, solicitando a interdição do terminal, alegando várias irregularidades, incluindo falhas graves no sistema de combate a incêndio e pânico.

Mas, segundo Cláudio Guimarães, promotor de controle externo da atividade policial, até o momento o mérito da ação ainda não foi julgado, estando nas mãos do juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís.

O processo começou em 20 de junho deste ano, quando o presidente da Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB) protocolou no Ministério Público (MP) uma representação relatando as irregularidades na rodoviária. Ele afirmou que por lá eram comuns até mesmo casos de prostituição e tráfico de drogas e solicitou ainda uma mobilização da polícia para combater esse tipo de ato.

Na ilegalidade

Na investigação, ficou constatado, segundo o MP, que a empresa que administra a rodoviária, a RMC Comércio e Serviço LTDA, estaria administrando o local de maneira ilegal, uma vez que não havia instrumento legal em vigor que o autorizaria a exercer a atividade. O órgão público ainda solicitou laudos técnicos do Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Defesa Civil.

Esses documentos teriam afirmado que toda a edificação estaria com deficiências nos sistemas de combate a incêndio e pânico, na iluminação de emergência, sinalizações de segurança, planos de ações de emergência, canalização preventiva, sistema de proteção contra descargas atmosféricas e falta de extintores de incêndio portáteis.

Além disso, a promotoria teria verificado que a limpeza e manutenção do terminal seriam realizadas precariamente. A conclusão foi de que a edificação, como um todo, não apresenta as condições mínimas de segurança exigidas por lei para seu funcionamento. “Faz-se urgente e necessária uma ação emergencial para o cumprimento de todas as exigências expostas, sob a ameaça de se pôr em risco a vida de várias pessoas que por ali passam e exercem suas atividades”, afirmaram os promotores Cláudio Guimarães e Márcia Lima Buhatem na ação civil.

Petição

Na ação, foi pedido que o Governo do Estado procedesse à reforma imediata do terminal rodoviário de São Luís, no prazo de 60 dias, sob pena de multa. Foi solicitada, ainda, a imediata interdição do espaço, até que todas as normas exigidas pelo Corpo de Bombeiros sejam cumpridas.

Os promotores requerem também a imediata retirada da empresa RMC da administração do terminal, além da realização do processo licitatório para a contratação de uma nova empresa para gerir o estabelecimento.

Outro lado

A empresa RMC alegou que administra o Terminal Rodoviário de São Luís desde 2007, quando foi firmado o contrato de concessão para manutenção e conservação do espaço. Segundo a empresa afirmou em ação contra os promotores Cláudio Guimarães e Cláudio Marques, o contrato original tinha a vigência de 180 dias, contados a partir de 1º de junho de 2007, podendo ser renovado exclusivamente no caso de retardamento do processo licitatório, fato que vem se estendendo desde então. “Com efeito, ao longo dos anos, a Secretaria de Infra Estrutura do Estado [Sinfra] não promoveu o certame referido, o que fez renovar sucessivamente o contrato”, afirma a peça assinada pela advogada Valéria Lauande Carvalho Costa.

A empresa ainda alega que segue de forma ininterrupta prestando seus serviços, além de pagar, mensalmente, a taxa de concessão mensal ao governo do estado. Tal taxa seria no valor de R\$ 9.245.

A Agência Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB) informou, em nota, que tem ciência sobre a proposta de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público e a MOB com o intuito de garantir melhorias no Terminal Rodoviário de Passageiros de São Luís. No entanto, o Termo não foi celebrado, ainda, por nenhuma das partes.

Referente à administração do Terminal Rodoviário, a MOB comunica que a previsão é de que, até o início do mês de setembro, esteja finalizado o processo de licitação emergencial para que uma nova empresa inicie o gerenciamento do local.

Após o período da concessão final, será possível realizar reformas gradativas e necessárias no terminal.

SAIBA MAIS

A RMC entrou com uma ação contra os promotores Cláudio Guimarães e Cláudio Marques requerendo a abertura de um processo interno disciplinar, alegando que eles estariam agindo fora das atribuições de seus cargos, além de que, Marques estaria agindo em causa própria, já que seu irmão, José Artur Cabral, é diretor da Agência de Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana. Segundo Guimarães, o processo foi arquivado.

Ilegal

No ofício, 400/2016, de 21 de março de 2016, José Artur Cabral, presidente da Agência de Estadual de Transporte e Mobilidade Urbana (MOB), afirma que a RMC Comércio e Serviços LTDA encontra-se em situação irregular, não possuindo qualquer instrumento jurídico que a autorize a administrar o terminal rodoviário de São Luís.

Cleones Cunha diz que "em briga de marido e mulher, o Poder Judiciário mete a sua colher"

Ao participar nesta segunda-feira (15), da abertura da V Semana da Justiça pela Paz em Casa, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Cunha, disse que "em briga de marido e mulher, o Judiciário mete a sua colher", numa advertência que os crimes de violência doméstica não terão complacência de juízes e desembargadores. O evento contou com a presença da ministra Carmem Lúcia, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e da presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargadora Angela Salazar. O desembargador disse que ouviu da ministra Carmem Lúcia um relato estarrecedor de uma mulher que apanhava do marido simplesmente porque não sabia preparar ovos do jeito que ele gostava. "Gostaria de lembrar que lar é um ambiente de paz, de fraternidade e de harmonia", disse ele, acrescentando que ainda este ano deverá criar a 2ª Vara da Mulher.

A Semana da Justiça pela Paz em Casa é uma iniciativa que acontece, simultaneamente, em todos os tribunais do país, com o objetivo de dar prioridade a processos judiciais que têm mulheres como vítimas ou partes interessadas, tendo em vista o aumento dos casos de violência contra este segmento social no país até o dia 19 (sexta-feira). No Maranhão, serão realizados mutirões em diversas comarcas para julgamento de processos que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher.

Em São Luís e Imperatriz, os esforços concentrados se darão nas varas especializadas e nas demais comarcas que possuem competência para julgar os casos. Atualmente, existem 7.705 processos em andamento na Vara da Mulher de São Luís, de um total de quase 47 mil casos nos últimos dez anos, na Justiça maranhense.

Em todo o Brasil, estão previstas ações como palestras, seminários, oficinas entre outras atividades que, no Maranhão, já foram realizadas durante a I Semana de Valorização da Mulher, em julho deste ano.

Malote digital - Na ocasião, foi feita a assinatura do Termo de Cooperação Técnica, que vai permitir a utilização do sistema Malote Digital para a tramitação eletrônica dos requerimentos de medidas protetivas de urgência para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Assinaram o documento o presidente do TJMA, Cleones Cunha, a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, Aníldes Cruz, o defensor-público-geral do Estado, Werther Lima, o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, e o secretário de Segurança Pública do Estado, Jefferson Portela.

A presidente eleita do STF e idealizadora da Campanha Justiça pela Paz em Casa, ministra Carmen Lúcia, ressaltou que a priorização aos casos envolvendo mulheres deve ser uma ação permanente dos juízes. Ela explicou que a ênfase na violência contra a mulher existe porque estas são vítimas, simplesmente pelo fato de serem mulheres, por viverem uma vulnerabilidade maior a agressões e direitos fundamentais em relação aos homens, sendo tratadas de forma invisível dentro da sociedade, o que por muito tempo recaiu sobre a violência. A ministra ressaltou que o Judiciário precisa dar a resposta que o cidadão espera, em tempo razoável, garantindo a sensação de Justiça - esperada pela sociedade, especialmente familiares de vítimas de violência -, pois este é um problema que afeta a todos e a cada um. "Em qualquer lugar do mundo, em que eu souber que uma mulher foi assassinada, uma parte de mim também estará morta: aquela que não deu conta de fazer com que isso não acontecesse, enquanto juíza que sou", declarou.

Cultura sextista - A presidente da CEMULHER, Angela Salazar, destacou que - além da priorização na resolução dos processos que envolvem mulheres - o objetivo da campanha é a pacificação familiar, uma vez que a violência contra a mulher é um fenômeno que lhes nega direitos fundamentais, principalmente no plano das relações domésticas e familiares, negando-lhes também a dignidade humana.

A magistrada frisou que o combate à violência pressupõe uma mudança de paradigma de desconstrução de padrões sexistas, para que não mais se admitam desigualdades entre homens e mulheres e a naturalização da violência e, criando-se um novo olhar sobre políticas de educação, saúde, esporte e cultura para redução da

intolerância, exclusão e segregação.

“A sociedade precisa compreender que os direitos das mulheres são direitos humanos, e que a mudança da cultura de subordinação por questões de gênero requer ações integradas do poder público e sociedade civil”, destacou.

Ministra Carmam Lúcia discursa no lançamento da campanha

O desembargador Cleones Cunha citou dados da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, dando conta de que 40% das mulheres vítimas sofrem violência diariamente, e 34% semanalmente, sem contar os casos em que sofrem caladas em razão de dependências variadas, além da tolerância social e do machismo que imperam na sociedade.

Ele ressaltou a importância da participação do Poder Judiciário na pacificação, pois negar o acesso dessas mulheres à Justiça ou oferecer-lhes um serviço precário seria condená-las a um cativeiro dentro de seus próprios lares. “Nesta briga, o Judiciário deve sim meter sua colher, impondo medidas de proteção às vítimas e de punição ao agressor, como também implementando políticas para que deixem de ser agressores”, avaliou.

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, falou da importância da campanha, assegurando que os juízes de todo o Estado estarão empenhados em corrigir atrasos e diminuir o acervo processual que envolve mulheres vítimas de violência. “Estamos empenhados no combate à violência contra as mulheres de forma permanente”, disse. Também participaram da abertura, desembargadores, juízes, promotores de Justiça, defensores públicos, membros do Legislativo e representantes do Governo do Estado e do Município de São Luís.

Comarca de Caxias recebe a visita da corregedora-geral da Justiça

17/08/2016 08:30:48

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, está em Caxias nesta terça-feira (16), onde desempenha diversas atividades de trabalho. Participou do III Seminário de Atualização Jurídica promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), vistoriou os serviços judiciais do Fórum Des. Artur Almada Lima, onde acontecem até quinta-feira (18), as correições ordinárias e extraordinárias realizadas pela Corregedoria, e no final do dia, reuniu com os juízes das comarca para tratar de assuntos jurisdicionais.

Durante a visita ao fórum, a desembargadora foi rebevida pelos juízes Sidarta Gautama (titular da 1ª Vara e Diretor do Fórum) e Marcela Lobo (titular da 5ª Vara). Anildes Cruz acompanhou os trabalhos correicionais que estão sendo realizados nas varas, juizado e turma recursal de Caxias, pelas juízas auxiliares da Corregedoria, Márcia Chaves (coordenadora dos Juizados Especiais) e Rosária Duarte (Serventias Judiciais), que seguiram acompanhando a desembargadora à unidade.

Os magistrados apresentaram as instalações e a estrutura do fórum. Rachaduras atingem diversas áreas do prédio (piso, paredes e vidraças), mas segundo o Juiz Diretor, vistoria já realizada pela Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça atesta que são superficiais as rachaduras e não há perigo de desabamento. Por falta de manutenção, elevadores estão parados há mais de um ano, comprometendo a acessibilidade às varas que estão localizadas no piso superior do fórum. Outro problema, segundo os magistrados, é a falta de isolamento acústico das salas de audiência, fato que compromete o sigilo dos atos.

A corregedora Anildes Cruz determinou a produção de relatório com anotação de todas as problemáticas encontradas e reivindicações realizadas pelos magistrados, documento que a desembargadora entregará ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, requerendo o encaminhamento das melhorias.

REUNIÃO - No final do dia, após o encerramento do seminário, a corregedora Anildes Cruz, acompanhada de sua equipe de assessores e juízes auxiliares, reuniu com todos os magistrados da comarca para uma conversa e apresentação das ações que a Corregedoria vem desenvolvendo nos últimos meses.

Os juízes Sidarta Gautama Farias Maranhão (1ª Vara), Anderson Sobral de Azevedo (2ª Vara), Paulo Afonso Vieira Gomes (3ª Vara), Antonio Manoel Araújo Velozo (4ª Vara), Marcela Santa Lobo (5ª Vara), e João Pereira Neto, do Juizado Especial Cível e Criminal, participaram da reunião.

Entre os diversos temas abordados, os juízes direcionaram suas preocupações para a questão da realização das audiências de custódia e a escolta de presos para as audiências criminais. Sidarta Gautama disse que só há uma viatura da polícia para atender a demanda em Caxias.

Segundo os magistrados, a Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) está no limite e sem a capacidade para abrigar mais presos, além da falta constante de policiamento no local (agentes penitenciários).

A corregedora Anildes Cruz enfatizou a importância dos magistrados, na impossibilidade de realizarem as audiências de custódia por motivos alheios ao Poder Judiciário, justificarem por escrito em suas decisões. A juíza auxiliar, Rosângela Prazeres, ressaltou que no processo de elaboração do Provimento n.º 11/2016, que regulamenta a realização das audiências de custódia por determinação da Resolução n.º 213 do CNJ, a Corregedoria oportunizou através de reuniões e prazos, a sugestão e participação de todas as instituições envolvidas, inclusive, o Poder Executivo, através das Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Administração Penitenciária. "Todo o trabalho desenvolvido pela Corregedoria em relação as audiências de custódia são de pleno conhecimento do CNJ, a nossa realidade e dificuldades inclusive", explicou a juíza.

O juiz Gladiston Cutrim entregou aos magistrados, relatório das metas do CNJ, contendo as taxas de congestionamento de cada unidade judicial, e lembrou aos colegas, a importância do acompanhamento dos números e cumprimento das metas estipuladas.

O diretor da Corregedoria, Gustavo Campos, também acompanhou a reunião.

ACERVO - O acervo processual da comarca é de quase 31 mil ações, das quais, 14.568 na 1ª Vara, que tem, entre outros, competência da Fazenda Pública. Na 2ª Vara são 7.152 ações; Na 3ª Vara, são 1.700; outros 4.546 processos na 4ª Vara, que processa e julga processos de família e infância e juventude; Na 5ª Vara são 756 ações; e 1.602 no Juizado Especial Cível e Criminal. Na Turma Recursal do polo Caxias, que funciona na comarca, o acervo processual é composto por 545 processos.

POSTLINK%%

Corregedoria realiza correição ordinária em quatro varas da comarca de Caxias

17/08/2016 12:00:55

A corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, está em Caxias, onde acompanha a correição ordinária que está sendo realizada nas atividades dessa comarca pela juíza corregedora Rosária Duarte, de 15 a 19 de agosto, com o apoio de uma equipe de servidores da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA).

Estão sendo analisados cerca de 70 processos em cada uma das quatro varas correicionadas. Os trabalhos da equipe da Corregedoria foram iniciadas na 5ª vara na última segunda-feira (16), seguiram pela 1ª vara nesta terça-feira e seguem, nesta quarta-feira e quinta-feira, pela 3ª e 4ª varas. A 2ª vara judicial ficou de fora por ter passado por uma correição recente.

Segundo a juíza corregedora, os trabalhos seguem com "tranquilidade", com previsão de encerramento no prazo estabelecido pela Corregedoria.

A comarca de Caxias possui cinco varas da Justiça comum, 1 turma recursal e 1 juizado especial. Segundo o diretor do fórum, juiz Sidarta Gautama, somente na 1ª vara, 65% dos 13 mil processos em tramitação são de execução fiscal.

Os juízes Gladiston Cutrim, coordenador do planejamento estratégico; Rosângela Praseres, auxiliar da Corregedoria; e o diretor da CGJ, Gustavo Campos, também acompanharam a correição em Caxias. A juíza Márcia Chaves, coordenadora dos juizados especiais, preside a correição realizada no mesmo período no juizado local.

Conforme o calendário da CGJ-MA, as próximas correições serão realizadas no período de 29 de agosto a 2 de setembro, nas comarcas de Estreito (1ª e 2ª varas) e Porto Franco (1ª e 2ª varas).

POSTLINK%%

Mutirão procura agilizar processos judiciais de violência contra mulher

17/08/2016 11:00:50

A Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís realiza durante toda esta semana um mutirão para agilizar processos referentes à violência contra a mulher. Foram agendadas audiências de 181 ações penais e julgamento de mais 82. A iniciativa integra as atividades da V Semana Nacional "Justiça pela Paz em Casa", aberta ontem (15), na capital maranhense, pela ministra e presidente eleita do Supremo Tribunal Federal, Cármen Lúcia, idealizadora da campanha.

As atividades ocorrem em 28 comarcas do Maranhão até esta sexta-feira (19) e estão sendo organizadas pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMA (CEMULHER), presidida pela desembargadora Ângela Maria Moraes Salazar. Além dos processos referentes à violência doméstica contra mulher, o mutirão inclui também julgamento no tribunal do júri e ações cíveis ou de família em que esse público é parte interessada.

Segundo dados da CEMULHER, foram designadas, nas 28 comarcas que participam da Semana "Justiça pela Paz em Casa", 447 audiências para os cinco dias de mutirão, sendo 387 criminais e 60 cíveis. Na pauta do evento há 2.838 ações penais, 46 inquéritos e a previsão é de que sejam concedidas 4.272 medidas protetivas e julgados 158 processos.

Em São Luís, o esforço concentrado para agilizar os processos judiciais que têm a mulher como vítima de violência conta com o trabalho de magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, advogados e uma equipe de servidores. As audiências ocorrem em cinco salas simultaneamente, pela manhã e à tarde, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau). Além dos juízes titular e auxiliar da Vara da Mulher, Nelson de Moraes Rêgo e Samira Barros Heluy, foram designados para o mutirão também os juízes Antônio Agenor Gomes, Suely de Oliveira Feitosa e Gustavo Henrique Silva Medeiros.

A coordenadora administrativa da CEMULHER, Danielly Bitencourt, disse que o objetivo de iniciativas como essa é concentrar esforços para dar celeridade aos processos que envolvem a mulher, principalmente as ações referentes à violência doméstica. Essa é a quinta edição da campanha e a segunda de 2016 e já está previsto para ocorrer outro mutirão no próximo mês de novembro.

A juíza Suely Feitosa destacou que os magistrados abraçaram a campanha "Justiça pela Paz em Casa" e estão fazendo um esforço concentrado para realizar todas as audiências agendadas para os cinco dias de mutirão e julgar os processos incluídos na pauta desse período.

A quinta edição da Semana Justiça pela Paz em Casa ocorre no mês em que a Lei nº 11340/06, a chamada Lei

Maria da Penha de combate à violência contra a mulher, completou uma década (07 de agosto). A campanha tem como objetivo promover a cultura da paz nos lares brasileiros, coibindo com isso a violência contra a mulher.

Estatísticas - Em São Luís, desde a criação da Vara Especializada da Mulher (2008) até agora, a unidade judiciária recebeu 17.259 processos e atualmente há quase oito mil ações em tramitação na capital. Nesse período já foram concedidas mais de 11 mil medidas protetivas de urgência como afastamento do agressor da residência, proibição de frequentar a casa da vítima ou dela se aproximar ou manter qualquer tipo de comunicação com a vítima, entre outras.

E o esforço no combate à violência contra a mulher ganha novos instrumentos. Ontem (15), na abertura da Semana "Justiça pela Paz em Casa", a corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, instituiu o projeto "Medida Protetiva de Urgência Eletrônica", que busca agilizar o conhecimento das ocorrências de violência doméstica contra a mulher entre as autoridades do sistema de Justiça e segurança pública.

POSTLINK%%

Pai que estuprou duas filhas menores é condenado a 72 anos em Caxias

publicado em 17/8/2016 Atualizado em 17/08/2016 - 16:16

Pai que estuprou duas filhas menores é condenado a 72 anos em Caxias

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou recurso a Francisco Alves Costa, condenado a 72 anos de reclusão por crime de estupro contra duas filhas. O relator do processo foi o desembargador Raimundo Melo, que manteve decisão da juíza da 5ª Vara da Comarca de Caxias, Marcela Santana Lobo.

Segundo apuração policial, entre outubro de 2005 e maio de 2014, Costa estuprou repetidamente suas filhas M.F.S.C e M.S.C., respectivamente com 9 e 12 anos de idade à época dos fatos. Pela investigação, o crime era cometido no período noturno, quando as vítimas estavam recolhidas em seu quarto para dormir. De acordo com os autos do processo, o ato era presenciado pelos outros irmãos.

Inconformado com a pena de 72 anos, Francisco Costa interpôs recurso de apelação, questionando a falta de provas para manter sua condenação.

DECISÃO

Em sua decisão, o desembargador Raimundo Melo, considerou que “a palavra da vítima, especialmente nos crimes contra a liberdade sexual, que geralmente ocorrem na clandestinidade, detém considerável credibilidade quando prestada de forma harmônica”. Também ressaltou que todo o acervo probatório (que pode se referir ou conter provas) demonstra coerência com a versão fática sustentada pelas vítimas.

Ao final, Melo manteve a condenação de 1º Grau, sendo acompanhado pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana Sousa.

Informações TJMA

Governador Flávio Dino recebe visita da ministra Cármen Lúcia

A ministra Carmen Lúcia esteve no Maranhão para a abertura da V Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, realizada de 15 a 19 de agosto, com o objetivo de chamar a atenção para as consequências da violência doméstica e familiar contra a mulher. Aproveitando a visita a São Luís, a ministra e recém-eleita presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) visitou o Palácio dos Leões na tarde desta segunda-feira (15), onde conversou com o governador Flávio Dino.

Apresentando as principais ações do Governo do Estado nas áreas de Segurança Pública, Direitos Humanos e Políticas Públicas para as Mulheres, o governador Flávio Dino reafirmou o compromisso da gestão com a garantia de direitos da população e ressaltou que o Governo do Estado está à disposição da Justiça Federal para implantação de projetos nas áreas.

“Temos uma relação de confiança em nível local com a Justiça, com parcerias sistemáticas com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público. A visita da ministra Cármen Lúcia é importante para a construção de uma agenda de parceria entre os poderes”, destacou o governador, parabenizando a ministra que, além de ser eleita, na última quarta-feira (10), para a presidência da Corte no biênio 2016-2018, também assumirá a liderança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ao conhecer os programas de Governo da área de Segurança Pública, Cármen Lúcia, comentou que os esforços do Maranhão em combater a violência, muito se assemelha aos esforços da Justiça Federal. “A tentativa do Estado é exatamente coerente com o que a gente busca, que é a atenuação tanto das causas, quanto da contenção da violência. A conflituosidade está posta, a nós, servidores públicos do executivo e do judiciário, e também do legislativo através de normas próprias, cabe fazer com que a gente tenha condições de fazer face a isso. A violência não pode vencer a justiça”, apontou a ministra.

Além da visita ao governador Flávio Dino, Cármen ainda foi conhecer as instalações da Casa da Mulher Brasileira, no Jaracati, que está em fase de conclusão de obras. Gerida de forma compartilhada entre os governos municipal, estadual e federal, a Casa oferecerá atendimento humanizado, confortável e especializado, com uma série de serviços, incluindo acolhimento e triagem; apoio psicossocial; e promoção de ações para a autonomia econômica da mulher vítima de violência.